

CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: SABERES, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Rosimery Mendes Rodrigues

A educação antirracista constitui-se como um compromisso ético, político e pedagógico voltado à superação do racismo estrutural presente na sociedade e reproduzido no ambiente escolar. A valorização da cultura negra assume papel central, ao reconhecer os saberes, as identidades e o pertencimento dos povos africanos e afro-brasileiros como fundamentos essenciais da formação social e cultural do Brasil. A educação antirracista ultrapassa práticas pontuais e comemorativas, integrando-se ao cotidiano pedagógico de forma crítica e contínua, com o objetivo de promover igualdade, justiça social e respeito à diversidade. Os saberes da cultura negra manifestam-se em múltiplas dimensões, como a oralidade, a música, a culinária, a religiosidade, a literatura e as expressões artísticas, constituindo epistemologias próprias historicamente silenciadas por uma perspectiva eurocêntrica. Ao valorizá-los, a escola contribui para a desconstrução de estereótipos que associam a população negra exclusivamente à escravidão, destacando narrativas de resistência, protagonismo e produção intelectual. A valorização do corpo negro, de suas estéticas e expressões culturais, também se apresenta como elemento fundamental para o fortalecimento da identidade e da autoestima dos estudantes. A construção do pertencimento no espaço escolar ocorre por meio do acolhimento da diversidade e da representatividade no currículo, garantindo que crianças e jovens negros se reconheçam positivamente na história e na cultura ensinadas. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 reforçam esse compromisso ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, exigindo práticas pedagógicas críticas, materiais diversificados e formação docente contínua. A educação antirracista consolida-se como instrumento indispensável para a formação cidadã e para a construção de uma sociedade democrática e plural.

Palavras-chave: Cultura negra; educação antirracista; identidade; diversidade cultural.

BLACK CULTURE AND ANTIRACIST EDUCATION: KNOWLEDGE, IDENTITIES, AND BELONGING.

Antiracist education is constituted as an ethical, political, and pedagogical commitment aimed at overcoming the structural racism present in society and reproduced within the school environment. The appreciation of Black culture plays a central role in this process by recognizing the knowledge, identities, and sense of belonging of African and Afro-Brazilian peoples as essential foundations of Brazil's social and cultural formation. Antiracist education goes beyond occasional or commemorative practices, integrating itself critically and continuously into everyday pedagogical work with the goal of promoting equality, social justice, and respect for diversity. The knowledge embedded in Black culture manifests itself in multiple dimensions, such as orality, music, cuisine, religiosity, literature, and artistic expressions, constituting distinct epistemologies that have historically been silenced by a Eurocentric perspective. By valuing these forms of knowledge, schools contribute to the deconstruction of stereotypes that associate Black populations exclusively with slavery, highlighting narratives of resistance, protagonism, and intellectual production. The appreciation of the Black body, its aesthetics, and cultural expressions also emerges as a fundamental element in strengthening students' identity and self-esteem. The construction of belonging within the school space occurs through the recognition and welcoming of diversity and through representativeness in the curriculum, ensuring that Black children and youth can positively recognize themselves in the history and culture being taught. Brazilian Laws No. 10,639/2003 and No. 11,645/2008 reinforce this commitment by making the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture mandatory, thus requiring critical pedagogical practices, diversified teaching materials, and continuous teacher education. In this sense, antiracist education is consolidated as an indispensable instrument for civic formation and for the construction of a democratic and plural society.

Keywords: Black culture; antiracist education; identity; belonging; cultural diversity.

CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: SABERES, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO.

Marcos Aurélio dos Santos Freitas
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Rosimery Mendes Rodrigues

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira é atravessada por processos históricos que definem hierarquias de saber e poder no interior das instituições escolares. Essas hierarquias influenciam diretamente a forma como identidades raciais são representadas, reconhecidas ou silenciadas no currículo (Munanga, 1999). A escola, enquanto espaço social, participa ativamente da reprodução ou do enfrentamento das desigualdades raciais estruturais que marcam a sociedade brasileira.

A emergência da educação antirracista resulta de longas lutas políticas e intelectuais protagonizadas pelo movimento negro, que reivindica reconhecimento, justiça social e igualdade de direitos. A negação sistemática da história e da cultura negra no ambiente escolar contribuiu para a produção de subjetividades marcadas pela exclusão e pela inferiorização simbólica (Santos, 1983). Estudos sobre identidade racial evidenciam que esse apagamento compromete o desenvolvimento subjetivo de estudantes negros.

A cultura negra constitui um campo amplo de produção de saberes, valores e práticas que fundamentam a formação histórica do Brasil. A marginalização desses saberes no currículo escolar reforça uma narrativa eurocêntrica que naturaliza desigualdades e oculta contribuições africanas e afro-brasileiras (Ianni, 2004). As relações raciais no país revelam que o racismo se sustenta também por meio do controle do conhecimento legitimado.

O conceito de saber, no contexto da educação antirracista, amplia-se para incluir epistemologias historicamente desconsideradas pela ciência ocidental (Larkin, 2009). A oralidade, a memória ancestral, as práticas comunitárias e as expressões artísticas negras constituem formas legítimas de produção de conhecimento. Perspectivas afrocentradas defendem que a valorização dessas epistemologias promove uma reorganização profunda do currículo escolar.

A construção das identidades negras no espaço educativo está diretamente relacionada às representações presentes nos discursos pedagógicos (Oliveira et al., 2025). Linguagens aparentemente neutras podem reforçar estigmas raciais e consolidar desigualdades simbólicas no cotidiano escolar. Pesquisas sobre racismo e linguagem indicam que tais práticas afetam a autoestima e o pertencimento de crianças negras desde a educação infantil.

O corpo negro assume centralidade nesse debate por ser historicamente regulado, silenciado e estigmatizado no espaço escolar (Adorno, 1970). A estética, os cabelos, os gestos e as expressões culturais carregam significados políticos que atravessam as experiências educativas. Reflexões sobre estética e cultura demonstram que a valorização do corpo negro contribui para processos de emancipação simbólica.

O sentimento de pertencimento configura-se como elemento estruturante da permanência e do engajamento dos estudantes no ambiente escolar (Fernandes, 2008). A ausência de referências positivas no currículo pode gerar distanciamento afetivo e intelectual em relação à escola. Estudos clássicos sobre relações raciais apontam que a escola brasileira historicamente falhou em integrar positivamente a população negra.

A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representa um marco jurídico no enfrentamento do racismo educacional. Essas legislações determinam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as etapas da educação básica (Fávero; Centenaro, 2019). Análises de políticas públicas indicam que tais leis exigem transformações estruturais na organização curricular.

A efetivação dessas políticas demanda formação docente comprometida com fundamentos teóricos e metodológicos da educação antirracista (Narciso; Santana, 2025). A ausência de preparo específico tende a reduzir a aplicação das leis a práticas pontuais e descontextualizadas. Estudos sobre metodologias científicas na educação ressaltam a importância da formação crítica do professor para a consolidação dessas políticas.

As práticas pedagógicas antirracistas requerem materiais didáticos diversificados e abordagens que problematizem estereótipos historicamente naturalizados (Galvão; Ricarte, 2019). A pesquisa documental e as revisões sistemáticas contribuem para a seleção criteriosa de conteúdos e fontes que sustentem práticas educativas consistentes. Investigações metodológicas destacam a relevância dessas abordagens para a produção de conhecimento educacional.

O diálogo pedagógico ocupa lugar central na educação antirracista por possibilitar a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento (Ferreira; Ischkanian; Cabral, 2025). Relações educativas baseadas na horizontalidade fortalecem a participação dos sujeitos e o reconhecimento das diferenças. Estudos sobre práticas educativas libertadoras reforçam o diálogo como princípio formativo essencial.

O enfrentamento do racismo institucional exige a análise crítica das estruturas que organizam a escola e suas práticas (Guimarães, 1998). O racismo manifesta-se não apenas em atitudes individuais, mas também em normas, discursos e políticas aparentemente neutras. Pesquisas sobre preconceito e discriminação evidenciam a persistência dessas dinâmicas no sistema educacional.

A produção acadêmica sobre cultura negra e educação antirracista demanda rigor metodológico e fundamentação teórica consistente (Creswell, 2021). Abordagens qualitativas e documentais permitem compreender os sentidos atribuídos às práticas educativas e às políticas públicas. Estudos metodológicos indicam que essas abordagens ampliam a compreensão das realidades educacionais complexas.

A articulação entre teoria e prática constitui um desafio permanente para a educação antirracista (Cabral, 2024). Metodologias ativas e tecnologias educacionais podem potencializar o engajamento discente quando orientadas por princípios críticos e inclusivos. Pesquisas recentes apontam que a inovação pedagógica precisa estar vinculada a projetos educativos comprometidos com a justiça social.

A escola ocupa posição estratégica na construção de uma sociedade democrática fundada no respeito às diferenças raciais e culturais (Freitas et al., 2025). A incorporação da cultura negra, dos saberes plurais e do pertencimento no cotidiano escolar contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Estudos contemporâneos sobre relações raciais reafirmam que a educação antirracista constitui um projeto político-pedagógico indispensável à transformação social.

2. DESENVOLVIMENTO

A educação antirracista configura-se como um projeto ético e político comprometido com a transformação das estruturas que sustentam a desigualdade racial no espaço escolar. A escola participa ativamente da produção de sentidos sobre diferença, pertencimento e valor social. Munanga (1999) demonstra que o racismo no Brasil opera de maneira sofisticada, naturalizando hierarquias raciais por meio de práticas institucionais aparentemente neutras.

A educação antirracista, compreendida como um projeto ético, político e pedagógico voltado à reconfiguração das relações de poder no interior da escola, assume centralidade na disputa de sentidos sobre diferença, pertencimento e valor social, na medida em que o espaço escolar se constitui simultaneamente como lugar de reprodução simbólica das desigualdades e como campo estratégico de resistência e transformação social, uma vez que práticas curriculares, discursos pedagógicos e modos de organização institucional podem tanto reforçar hierarquias racializadas quanto produzir deslocamentos críticos capazes de romper com a naturalização histórica da desigualdade racial, sustentada por mecanismos sutis de exclusão e por práticas institucionais aparentemente neutras, conforme analisa Santos Freitas, Cabral e Ischkanian em diálogo crítico com a leitura de Munanga (1999) sobre o funcionamento sofisticado do racismo no contexto brasileiro (Santos Freitas, Cabral e Ischkanian, 2026, p. 4, grifos para este artigo).

No cotidiano educacional, o racismo estrutural manifesta-se em discursos, silêncios curriculares e escolhas pedagógicas que desconsideram a experiência histórica da população negra. Essas dinâmicas não dependem exclusivamente de intenções individuais, pois estão vinculadas a processos sociais amplos. Ianni (2004) analisa como as relações raciais brasileiras se organizam de forma dialética, reproduzindo desigualdades sob o manto da cordialidade.

A educação antirracista propõe a ruptura com modelos curriculares centrados em epistemologias eurocêntricas, abrindo espaço para múltiplas matrizes de conhecimento. Tal proposta exige a revisão dos critérios que definem o que é reconhecido como saber legítimo. Larkin (2009) defende que a afrocentricidade amplia o campo epistemológico ao recentrar a experiência africana e afro-diaspórica como fonte de produção intelectual.

Os saberes da cultura negra atravessam diversas dimensões da vida social brasileira, incluindo práticas artísticas, religiosas, linguísticas e comunitárias. Esses conhecimentos foram historicamente marginalizados por processos coloniais de hierarquização cultural. Nascimento (2017) evidencia que o apagamento sistemático desses saberes constitui uma das faces mais persistentes do racismo estrutural.

A oralidade ocupa posição central na transmissão dos conhecimentos ancestrais africanos e afro-brasileiros. A figura do griô representa uma epistemologia baseada na memória coletiva e na experiência vivida. Ischkanian et al. (2025) ressaltam que a oralidade desafia a supremacia da escrita como único meio legítimo de produção do conhecimento.

As práticas culinárias afro-brasileiras expressam heranças culturais profundamente vinculadas à história da resistência negra. Alimentos como o acarajé e o vatapá carregam significados simbólicos, religiosos e identitários. Santos (2015) demonstra que a culinária constitui uma forma de preservação da memória coletiva e de afirmação cultural.

A música e a dança de matriz africana configuram-se como linguagens fundamentais da cultura negra no Brasil. Ritmos como samba, maracatu e congada articulam corporeidade, memória e pertencimento. Adorno (1970), ao refletir sobre estética, contribui para compreender a arte como espaço de elaboração crítica da experiência social.

A associação exclusiva do negro à escravidão sustenta estigmas que atravessam o imaginário social e escolar. Essa narrativa reduz a complexidade histórica da população negra e limita suas possibilidades de reconhecimento social. Fernandes (2008) analisa como o pós-abolição manteve estruturas de exclusão simbólica que ainda reverberam no sistema educacional.

A desconstrução dessas imagens exige a valorização de narrativas de protagonismo negro no currículo escolar. A inclusão de intelectuais, artistas e líderes negros amplia os referenciais simbólicos disponíveis aos estudantes. Proença Filho (2004) destaca a importância da presença negra na literatura brasileira como estratégia de afirmação cultural.

O corpo negro constitui uma dimensão central da experiência escolar, frequentemente submetido a processos de vigilância e normatização. Cabelos, vestimentas e gestos tornam-se alvos de controle simbólico. Santos (1983) analisa como essas práticas afetam a construção da subjetividade negra desde a infância.

A valorização da estética negra no ambiente educativo contribui para processos de afirmação identitária e fortalecimento da autoestima. O reconhecimento positivo da diferença rompe com

padrões normativos impostos historicamente. Guimarães (1998) enfatiza que o combate ao preconceito passa pelo reconhecimento simbólico das identidades racializadas.

A construção da identidade negra ocorre na interação entre sujeito, cultura e contexto social. No espaço escolar, essa construção depende da presença de referências culturais que legitimem a diferença. Nogueira (2010) argumenta que currículos afrocentrados fortalecem o vínculo entre conhecimento e experiência vivida.

O sentimento de pertencimento escolar relaciona-se diretamente à possibilidade de reconhecimento identitário. Estudantes que se veem representados nos conteúdos desenvolvem maior engajamento e participação. Fernandes (2008) evidencia que a exclusão simbólica compromete o percurso escolar da população negra.

A educação antirracista atua no fortalecimento da autoimagem ao enfrentar discursos que naturalizam a inferiorização racial. A negação das raízes culturais constitui uma das expressões mais profundas do racismo internalizado. Nobles (2009) sustenta que a recuperação da identidade ancestral favorece processos de autonomia psíquica e social.

A representatividade no currículo implica a inclusão sistemática de produções negras em diferentes áreas do conhecimento. Essa inclusão amplia os horizontes epistemológicos da escola. Nogueira (2010) defende que a democratização do saber exige a revisão crítica das hierarquias culturais presentes no currículo.

A educação antirracista não se restringe aos estudantes negros, configurando-se como projeto formativo coletivo. A compreensão dos privilégios raciais torna-se condição para a construção de relações sociais mais equitativas. Grin (2010) analisa como o debate público sobre raça contribui para a conscientização social.

O espaço escolar oferece possibilidades concretas de problematização das desigualdades raciais por meio do diálogo e da reflexão crítica. Práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social exigem intencionalidade política. Ferreira, Ischkanian e Cabral (2025) ressaltam a educação como prática de liberdade e resistência.

A consolidação da educação antirracista depende da continuidade das ações pedagógicas e institucionais. Iniciativas pontuais tendem a esvaziar o potencial transformador das políticas educacionais. Fávero e Centenaro (2019) destacam a importância da coerência entre discurso e prática nas políticas públicas.

A formação docente assume papel central nesse processo, exigindo aprofundamento teórico e metodológico sobre relações raciais. A ausência de preparo compromete a abordagem crítica do tema em sala de aula. Narciso e Santana (2025) apontam a necessidade de novos caminhos para a formação científica na educação.

A produção e seleção de materiais didáticos comprometidos com a diversidade racial permanecem como desafio permanente. A pesquisa documental contribui para a escolha de fontes

plurais e contextualizadas. Silva et al. (2009) evidenciam que a formação docente se fortalece quando sustentada por materiais críticos.

A educação antirracista consolida-se como instrumento fundamental para a construção de uma sociedade democrática e plural. A integração dos saberes da cultura negra, das identidades e do pertencimento ao cotidiano escolar amplia o papel social da educação. Freitas et al. (2025) reafirmam que a transformação das relações raciais passa, necessariamente, pelo campo educacional.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise interpretativa dos discursos científicos que tratam da cultura negra e da educação antirracista, com ênfase nos saberes, nas identidades e nas dinâmicas de pertencimento construídas no espaço educacional. Essa opção metodológica fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos educacionais relacionados às relações raciais exigem leitura aprofundada de significados, sentidos e processos históricos e sociais, não se restringindo à mensuração de dados empíricos.

A pesquisa qualitativa privilegia a interpretação e a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais, permitindo a análise crítica das práticas pedagógicas e dos referenciais teóricos que sustentam a educação antirracista. Creswell (2021) destaca que esse tipo de abordagem favorece a construção de análises densas, sensíveis aos contextos e às múltiplas vozes presentes nos campos investigados, aspecto fundamental para estudos que envolvem desigualdades raciais e disputas epistemológicas.

No que se refere ao tipo de investigação, optou-se pela pesquisa bibliográfica, entendida como procedimento sistemático de levantamento, organização e análise da produção científica existente sobre o tema. Narciso e Santana (2025) apontam que a pesquisa bibliográfica constitui etapa essencial na consolidação do conhecimento científico, pois permite identificar debates consolidados, tendências teóricas e lacunas investigativas relevantes para o avanço da área educacional.

A escolha pela revisão da literatura também dialoga com as contribuições de Galvão e Ricarte (2019), que ressaltam a importância da sistematização criteriosa das fontes para garantir consistência teórica e rigor analítico. A literatura selecionada incluiu livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos eletrônicos, que subsidiaram a construção do referencial teórico e das categorias analíticas mobilizadas ao longo do estudo.

A pesquisa assume igualmente caráter documental, ao incorporar materiais disponíveis em bases digitais e científicas reconhecidas, ampliando o escopo das fontes analisadas. Fávero e Centenaro (2019) assinalam que a pesquisa documental possibilita o acesso a dados relevantes para a compreensão das políticas educacionais e das práticas pedagógicas, desde que acompanhada de critérios rigorosos de seleção e análise.

Os documentos e produções científicas foram localizados em bases como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia.edu e Google Acadêmico, considerando como critérios de inclusão a atualidade das publicações, a pertinência temática e o reconhecimento acadêmico das fontes. Essa etapa visou assegurar a relevância e a confiabilidade do material analisado, conforme orientações metodológicas presentes em estudos de revisão sistemática.

A organização do processo de busca e seleção dos estudos dialogou com as diretrizes do protocolo PRISMA, amplamente utilizado em revisões sistemáticas. Page et al. (2021) e Morales (2022) indicam que a adoção de procedimentos transparentes de triagem contribui para a rastreabilidade das escolhas metodológicas e para a robustez das análises produzidas.

Após a seleção inicial, os textos foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e contribuições singulares relacionadas à cultura negra, à educação antirracista e aos processos de construção identitária no ambiente escolar. Silva et al. (2009) enfatizam que essa etapa exige postura crítica do pesquisador, evitando a reprodução acrítica dos argumentos presentes na literatura.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática, construída a partir dos objetivos específicos do estudo e das recorrências identificadas nos textos examinados. Esse procedimento possibilitou o cruzamento das informações e a elaboração de uma narrativa analítica capaz de evidenciar aspectos estruturais, pedagógicos e epistemológicos que atravessam a educação antirracista.

O cruzamento das categorias permitiu destacar tensões e desafios presentes nas práticas educativas contemporâneas, bem como apontar possibilidades de ressignificação curricular e institucional. A análise bibliográfica, nesse sentido, foi concebida como exercício dialógico, no qual o pesquisador interpreta, problematiza e articula diferentes perspectivas teóricas, contribuindo para a ampliação do debate acadêmico sobre cultura negra e educação antirracista.

2.2. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO

A educação antirracista configura-se como um projeto formativo que ultrapassa intervenções episódicas e se inscreve no campo das disputas éticas e políticas da sociedade contemporânea. A escola, enquanto instituição social, participa ativamente da produção de valores, narrativas e hierarquias simbólicas. Cuti (2017) evidencia que o silêncio institucional sobre o racismo contribui para sua permanência, tornando urgente uma pedagogia que enfrente criticamente as estruturas que sustentam a desigualdade racial.

Ao assumir a educação antirracista como compromisso ético, o campo educacional reconhece a necessidade de reposicionar o conhecimento e suas bases epistemológicas. Essa perspectiva exige uma revisão profunda das formas de legitimação cultural presentes no currículo.

Adorno (1970) contribui para essa reflexão ao compreender a educação como espaço de formação crítica capaz de tensionar a naturalização das opressões sociais.

A dimensão política da educação antirracista manifesta-se na recusa de uma neutralidade pedagógica que historicamente favoreceu a exclusão racial. O processo educativo torna-se, nesse sentido, um campo de resistência simbólica. A literatura de Azevedo (1881) revela como narrativas culturais podem tanto reproduzir estigmas quanto expor as contradições sociais que estruturam o racismo brasileiro.

A valorização das contribuições africanas e afro-brasileiras na formação do Brasil constitui elemento central desse compromisso. Reconhecer tais contribuições implica deslocar o olhar historiográfico dominante e ampliar os referenciais culturais apresentados na escola. Capinan (2009) demonstra que os quilombos, enquanto espaços de organização social e política, desafiam leituras simplificadoras da história nacional.

No âmbito educacional, a ética antirracista demanda práticas pedagógicas que promovam reconhecimento e dignidade. Esse movimento envolve a construção de ambientes escolares nos quais a diferença não seja convertida em desigualdade. Cabral (2024) destaca que metodologias ativas podem contribuir para a problematização crítica das relações raciais quando articuladas a perspectivas inclusivas.

A educação antirracista também se articula à defesa dos direitos humanos e do direito à educação plena. O acesso ao conhecimento, quando mediado por perspectivas emancipadoras, fortalece processos de autonomia e cidadania. Azevedo et al. (2025) evidenciam que a educação comprometida com a justiça social amplia horizontes de participação e pertencimento.

A dimensão estética da educação antirracista revela-se na valorização de expressões culturais historicamente marginalizadas. A arte, enquanto forma de conhecimento, oferece possibilidades de ressignificação das experiências negras. Adorno (1970) aponta que a estética possui potencial crítico ao revelar fissuras nas formas hegemônicas de representação.

A construção de narrativas plurais no espaço escolar favorece a emergência de vozes silenciadas. A multiplicidade de perspectivas amplia a compreensão da experiência social e cultural brasileira. Ariello (2008) contribui ao discutir a importância do narrador plural na constituição de discursos mais democráticos e inclusivos.

A ética antirracista exige, ainda, o enfrentamento dos discursos que esvaziam o sentido político da educação. A redução do debate racial a eventos isolados compromete sua potência transformadora. Cuti (2017) alerta que a recusa em nomear o racismo impede sua problematização e enfrentamento efetivo.

Compreender a educação antirracista como compromisso ético e político implica reconhecer seu papel na construção de uma sociedade mais justa. A escola, ao assumir essa responsabilidade, contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Capinan (2009) reafirma que os

processos educativos comprometidos com a memória, a identidade e a resistência ampliam as possibilidades de transformação social.

2.3. VALORIZAÇÃO DOS SABERES DA CULTURA NEGRA E DA ANCESTRALIDADE

A cultura negra constitui um campo vasto de produção de saberes que atravessam dimensões históricas, simbólicas e epistemológicas da sociedade brasileira. Esses conhecimentos não se limitam a manifestações folclóricas, mas expressam modos complexos de interpretar o mundo, organizar a vida coletiva e produzir sentido. Fernandes (2008) demonstra que a marginalização desses saberes está diretamente relacionada ao processo de integração subordinada da população negra na sociedade de classes, marcado pela negação de sua contribuição intelectual.

A educação antirracista, ao reconhecer a legitimidade dos saberes da cultura negra, promove um deslocamento crítico das bases eurocêntricas que historicamente estruturaram o currículo escolar. Esse movimento implica questionar os critérios que definem o que é considerado conhecimento válido. Finch III e Larkin (2009) defendem que a abordagem afrocentrada permite recentralizar a experiência africana e afro-diaspórica como referência epistemológica, rompendo com hierarquias coloniais do saber.

A ancestralidade africana constitui elemento estruturante desses saberes, articulando memória, espiritualidade e experiência histórica. A transmissão intergeracional do conhecimento ocorre por meio de narrativas, rituais e práticas cotidianas que preservam valores coletivos. Freitas et al. (2025) ressaltam que o reconhecimento da ancestralidade fortalece processos de identidade e pertencimento, fundamentais para a valorização cultural no contexto educacional.

A oralidade ocupa lugar central nesse processo, funcionando como tecnologia social de preservação e circulação do conhecimento. Os griôs, enquanto guardiões da memória coletiva, representam uma epistemologia que privilegia a experiência vivida e a escuta atenta. Ferreira-Santos e Almeida (2014) analisam como a oralidade desafia modelos educacionais baseados exclusivamente na escrita, ampliando as possibilidades formativas da escola.

As expressões artísticas da cultura negra, como a música, a dança e as artes visuais, constituem formas sofisticadas de produção de conhecimento sensível. Essas linguagens articulam corpo, memória e resistência, configurando modos próprios de interpretação da realidade. Fétizon (2002) contribui para essa compreensão ao abordar o tempo vivido como dimensão estética que atravessa a experiência humana.

No campo da literatura, as narrativas produzidas por autores negros e sobre personagens negros revelam tensões profundas entre identidade, poder e representação. A análise crítica dessas obras possibilita a desconstrução de estereótipos consolidados no imaginário social. Ferreira (2011) evidencia como diferentes versões de uma mesma obra literária podem expressar disputas simbólicas em torno da representação racial.

A religiosidade de matriz africana constitui outro eixo fundamental dos saberes da cultura negra, integrando ética, cosmologia e organização comunitária. Esses sistemas simbólicos foram historicamente criminalizados e silenciados. Foucault (1987) contribui para compreender como mecanismos de controle social operam na deslegitimação de práticas culturais consideradas desviantes.

A valorização desses saberes no espaço escolar exige práticas pedagógicas comprometidas com a escuta e o diálogo intercultural. A educação antirracista não se limita à inclusão de conteúdos, mas envolve a transformação das relações pedagógicas. Ferreira et al. (2025), ao dialogar com o pensamento de bell hooks, enfatizam a educação como prática de liberdade e crítica às estruturas opressivas.

A ruptura com a lógica eurocêntrica dominante implica reconhecer que o conhecimento não é neutro nem universal, mas situado histórica e culturalmente. Essa perspectiva amplia o horizonte epistemológico da educação. Fernandes (2008) aponta que a negação da cultura negra como produtora de saber reforça desigualdades estruturais que atravessam a escola.

A valorização dos saberes da cultura negra e da ancestralidade constitui, portanto, um movimento político e pedagógico de reparação histórica e afirmação cultural. Ao integrar esses conhecimentos ao cotidiano escolar, a educação antirracista contribui para a construção de sujeitos críticos e conscientes de sua história. Freitas et al. (2025) reafirmam que o reconhecimento das descendências africanas fortalece a luta por igualdade de direitos e justiça social.

2.4. DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E NARRATIVAS COLONIAIS

A educação antirracista assume papel decisivo na desconstrução de estereótipos historicamente atribuídos à população negra, sobretudo aqueles que reduzem sua trajetória à condição de escravização. A escola, enquanto espaço de produção simbólica, participa da manutenção ou do questionamento dessas imagens cristalizadas. Ianni (2004) analisa que as relações raciais no Brasil foram organizadas por narrativas que naturalizaram desigualdades, tornando imprescindível a revisão crítica dessas construções no âmbito educacional.

A associação exclusiva do negro à escravidão opera como mecanismo de apagamento do protagonismo histórico e intelectual das populações africanas e afro-brasileiras. Essa lógica reforça visões limitadas sobre a contribuição negra para a sociedade. Guimarães (1998) evidencia que o preconceito se sustenta por meio de representações simplificadoras que desconsideram a complexidade das experiências sociais e culturais negras.

O pensamento científico do século XIX e início do século XX desempenhou papel relevante na legitimação dessas narrativas coloniais. Teorias raciais pretensamente neutras foram utilizadas para hierarquizar grupos humanos. Gould (1991) demonstra como a ciência foi instrumentalizada

para sustentar discursos de inferioridade racial, cujos efeitos simbólicos ainda atravessam o imaginário social e educacional.

No plano subjetivo, a internalização dessas narrativas afeta profundamente a constituição da identidade negra. A repetição de imagens negativas contribui para processos de alienação e negação de si. Freud (2011), ao discutir as dinâmicas entre o eu e as instâncias sociais, oferece subsídios para compreender como discursos opressivos podem ser incorporados à formação psíquica dos sujeitos.

A educação antirracista enfrenta esse legado ao promover narrativas de resistência e protagonismo negro em diferentes campos do conhecimento. A apresentação de trajetórias negras na ciência, na política e na arte amplia o repertório simbólico disponível aos estudantes. Grin (2010) analisa que o debate público sobre raça no Brasil tem avançado justamente quando essas narrativas passam a ocupar maior visibilidade.

A valorização de figuras históricas como Zumbi dos Palmares constitui estratégia fundamental nesse processo de ressignificação. O reconhecimento de sua liderança política e de sua luta coletiva rompe com leituras romantizadas ou folclorizadas da resistência negra. Ischkanian et al. (2025) ressaltam que a consciência negra se fortalece quando a história da resistência é incorporada de modo crítico ao currículo escolar.

As práticas pedagógicas voltadas à desconstrução de estereótipos também se expressam por meio da arte e da cultura material. A boneca Abayomi, por exemplo, simboliza ancestralidade, memória e resistência. Ischkanian et al. (2025) demonstram que o uso de expressões artísticas no ambiente educativo contribui para a reconstrução de narrativas positivas sobre a identidade negra.

A afrocentricidade oferece um referencial epistemológico potente para enfrentar narrativas coloniais, ao recentrar a experiência africana e afro-diaspórica como eixo interpretativo. Essa abordagem questiona a universalização de perspectivas europeias. Larkin (2009) defende que a valorização de epistemologias africanas amplia as possibilidades de compreensão histórica e cultural.

No contexto escolar, a desconstrução de estereótipos exige práticas contínuas e intencionalidade política. Não se trata apenas de inserir novos conteúdos, mas de transformar modos de ensinar e aprender. Ischkanian (2019) aponta que a educação para a consciência negra requer diálogo permanente e problematização crítica das representações sociais.

A superação das narrativas coloniais no campo educacional representa um movimento estratégico para a construção de uma sociedade orientada pela justiça social e pelo reconhecimento da diversidade cultural. Ao questionar discursos historicamente naturalizados, a educação antirracista rompe com leituras simplificadoras que restringem a experiência negra a posições subalternizadas, criando condições para a emergência de novas formas de interpretação da história e da cultura brasileira. Ianni (2004) destaca que a dialética das relações raciais evidencia como essas narrativas funcionam como sustentáculos simbólicos das desigualdades, tornando sua revisão um passo indispensável para qualquer projeto educativo comprometido com a transformação social.

O reconhecimento do protagonismo negro em suas múltiplas expressões amplia os horizontes formativos e contribui para processos de emancipação coletiva no interior da escola e fora dela. Quando trajetórias negras são apresentadas como produtoras de conhecimento, inovação e resistência, deslocam-se os referenciais que estruturam a percepção social do valor humano. Grin (2010) aponta que o fortalecimento do debate público sobre raça depende da circulação de narrativas capazes de confrontar o legado colonial e de promover uma compreensão mais complexa e democrática das relações raciais no Brasil.

2.5. VALORIZAÇÃO DA ORALIDADE, DO CORPO E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS

O corpo negro constitui uma dimensão central da experiência histórica e cultural da população negra, funcionando como território simbólico no qual se inscrevem memórias, resistências e formas de pertencimento. No espaço escolar, esse corpo frequentemente é alvo de controle, silenciamento ou exotização. Munanga (1999) analisa que a construção social da mestiçagem no Brasil produziu hierarquias estéticas que incidem diretamente sobre a valorização ou rejeição dos corpos negros.

A estética negra, expressa nos penteados, nas vestimentas e nos adornos corporais, representa uma linguagem identitária carregada de significados históricos e políticos. Essas expressões não se limitam ao campo do visual, pois comunicam pertencimento comunitário e afirmação cultural. Nascimento (2017) evidencia que o racismo mascarado atua justamente na tentativa de deslegitimar essas manifestações, convertendo-as em alvos de discriminação cotidiana.

A oralidade ocupa lugar estruturante nas culturas africanas e afro-diaspóricas, configurando-se como forma legítima de produção e transmissão de conhecimento. Narrativas, cantos e provérbios constituem arquivos vivos da memória coletiva. Nascimento (1961) destaca que a palavra falada, no contexto da cultura negra, assume função política ao preservar histórias silenciadas e afirmar identidades subalternizadas.

No ambiente escolar, a desvalorização da oralidade reflete uma hierarquização epistemológica que privilegia a escrita como única forma legítima de saber. Essa lógica compromete o reconhecimento de práticas culturais afrocentradas. Nobles (2009) sustenta que a recuperação de perspectivas psicológicas afrocentradas exige a valorização da oralidade como fundamento da construção subjetiva e comunitária.

O corpo negro, enquanto espaço de inscrição simbólica, carrega marcas históricas de violência e resistência. A escola, ao ignorar essa dimensão, contribui para a reprodução de traumas e exclusões. Nascimento (2017) aponta que o genocídio simbólico da população negra também se manifesta na negação de seus modos próprios de existir e expressar-se corporalmente.

As manifestações culturais negras, como a dança, a música e os rituais comunitários, articulam corpo, memória e espiritualidade. Essas práticas constituem formas complexas de

conhecimento sensível. Nogueira (2010) defende que um currículo afrocentrado reconhece essas expressões como saberes estruturantes, capazes de ampliar os horizontes formativos da educação.

Tabela 1: Valorização da oralidade, do corpo e das expressões culturais.

Autores (2026)	Dimensão Analítica	Categoria Teórica Central	Fundamentação Conceitual	Implicações Pedagógicas	Educação Antirracista
Freitas, M. A. S.	Corpo e poder	Corpo negro como território político	O corpo negro é compreendido como espaço de inscrição histórica, marcado por controle, resistência e reinvenção simbólica	Incentiva práticas pedagógicas que reconhecem gestos, danças e performances como formas legítimas de conhecimento	Contribui para a desconstrução da neutralidade corporal e para a valorização do corpo negro como linguagem educativa
Ischkanian, S. H. D.	Oralidade e ancestralidade	Memória viva afro-diaspórica	A oralidade constitui um sistema complexo de transmissão de valores, saberes e cosmologias africanas	Estimula o uso de narrativas orais, contação de histórias e relatos de vida no currículo escolar	Reforça a centralidade da oralidade na afirmação identitária e na ruptura com a lógica escrita eurocentrada
Cabral, G. N.	Cultura e epistemologia	Saberes culturais como epistemologias	As expressões culturais negras produzem conhecimento e organizam formas próprias de interpretar o mundo	Orienta a incorporação de manifestações culturais afro-brasileiras como conteúdos curriculares	Legitima saberes historicamente marginalizados no espaço escolar
Carvalho, S. N.	Linguagem e subjetivação	Racismo linguístico e simbólico	A linguagem atua como mecanismo de produção de hierarquias raciais e naturalização de estigmas	Promove práticas educativas sensíveis à escolha lexical, à escuta e ao respeito à diversidade linguística	Combate a violência simbólica presente em discursos pedagógicos aparentemente neutros
Carvalho, S. N. de	Estética e identidade	Estética negra como afirmação política	A estética negra expressa pertencimento, resistência e reelaboração subjetiva frente ao racismo	Incentiva o reconhecimento positivo de penteados, vestimentas e adornos no ambiente escolar	Fortalece a autoestima e a construção de identidades negras afirmativas
Carvalho, G. N.	Cultura e práticas educativas	Cultura como eixo formativo	A cultura negra organiza práticas educativas baseadas na coletividade e no pertencimento	Orienta projetos pedagógicos que dialogam com comunidades e territórios	Amplia a noção de currículo para além do conteúdo formal

Ischkanian, S. G.	Ancestralidade e coletividade	Educação como processo intergeracional	A ancestralidade estrutura vínculos sociais e modos de transmissão do conhecimento	Estimula ações educativas que envolvem famílias, mestres da cultura e lideranças comunitárias	Reposiciona a escola como espaço de continuidade histórica e cultural
Rodrigues, R. M.	Arte, corpo e resistência	Expressões artísticas como linguagem política	A arte negra opera como estratégia de resistência, memória e produção de sentido	Incentiva o uso de música, artes visuais e performances corporais no ensino	Contribui para pedagogias sensíveis, críticas e culturalmente situadas
Freitas, M. A. S.; Ischkanian, S. H. D.	Corpo e oralidade	Corpo falante e narrativo	O corpo comunica experiências históricas e afetivas por meio de gestos e expressões	Favorece metodologias que integram corpo, fala e escuta	Rompe com a fragmentação entre mente e corpo na educação
Cabral, G. N.; Carvalho, S. N.	Cultura e linguagem	Disputa simbólica no currículo	O currículo é compreendido como espaço de disputa de narrativas e sentidos culturais	Orienta revisões curriculares críticas e inclusivas	Amplia a representatividade negra nos materiais didáticos

Fonte: Marcos Aurélio dos Santos Freitas e Simone Helen Drumond Ischkanian, 2026.

A linguagem desempenha papel decisivo na valorização ou estigmatização do corpo negro no espaço escolar. Palavras, apelidos e discursos aparentemente banais produzem efeitos profundos na constituição da identidade infantil. Oliveira et al. (2025) alertam que o racismo linguístico atua de forma precoce, exigindo atenção crítica dos educadores desde a educação infantil.

A relação entre corpo negro e padrões estéticos hegemônicos revela disputas simbólicas que atravessam o cotidiano escolar. A imposição de ideais de beleza eurocentrados compromete a construção da autoestima de crianças e jovens negros. Nascimento (2014) demonstra que esses padrões operam como instrumentos de exclusão, associando valor social à proximidade com a branquitude.

A valorização do corpo negro implica reconhecer sua potência expressiva e política. Gestos, movimentos e performances corporais constituem linguagens que comunicam pertencimento e resistência. Munanga (1999) ressalta que o reconhecimento da diferença corporal é condição para a construção de relações sociais baseadas no respeito e na dignidade.

No campo educacional, a incorporação das expressões culturais negras requer práticas pedagógicas sensíveis à diversidade cultural. Essa incorporação não se limita a eventos pontuais, mas exige presença contínua no currículo. Nogueira (2010) enfatiza que a centralidade da cultura negra no projeto pedagógico fortalece processos de identificação positiva.

A ancestralidade manifesta-se no corpo por meio de gestos, ritmos e modos de ocupar o espaço. Essas heranças corporais conectam passado, presente e futuro. Nobles (2009) argumenta que

a reconexão com a ancestralidade favorece processos de equilíbrio psicológico e fortalecimento identitário.

A negação dessas expressões no espaço escolar reforça mecanismos de exclusão simbólica e fragiliza vínculos comunitários. A escola, ao desconsiderar tais dimensões, distancia-se de sua função social. Nascimento (2017) aponta que o apagamento cultural constitui uma forma sofisticada de violência estrutural.

A valorização da oralidade e do corpo negro contribui para a construção de práticas educativas mais democráticas e inclusivas. O reconhecimento dessas dimensões amplia as possibilidades de participação e expressão dos estudantes. Oliveira et al. (2025) destacam que o respeito à diversidade cultural fortalece relações pedagógicas baseadas na escuta e no diálogo.

A educação antirracista, ao legitimar o corpo, a oralidade e as expressões culturais negras, promove processos de reparação simbólica e afirmação identitária. Esse movimento redefine o papel da escola como espaço de reconhecimento e emancipação. Munanga (1999) reafirma que a valorização da diferença constitui fundamento indispensável para a construção de uma sociedade plural e justa.

2.6. CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO PERTENCIMENTO NA ESCOLA

A construção da identidade e do pertencimento no espaço escolar constitui um eixo fundamental da educação antirracista, uma vez que a escola participa ativamente da produção de sentidos sobre quem pode ser reconhecido como sujeito de saber e de valor social. Na segunda perspectiva desenvolvida por Santos, Neuza (1983), o processo de tornar-se negro envolve conflitos subjetivos profundos produzidos por experiências reiteradas de desvalorização simbólica, o que evidencia a centralidade da escola na afirmação ou negação das identidades raciais. Quando o currículo silencia histórias negras, reforça mecanismos de exclusão que atravessam trajetórias individuais e coletivas.

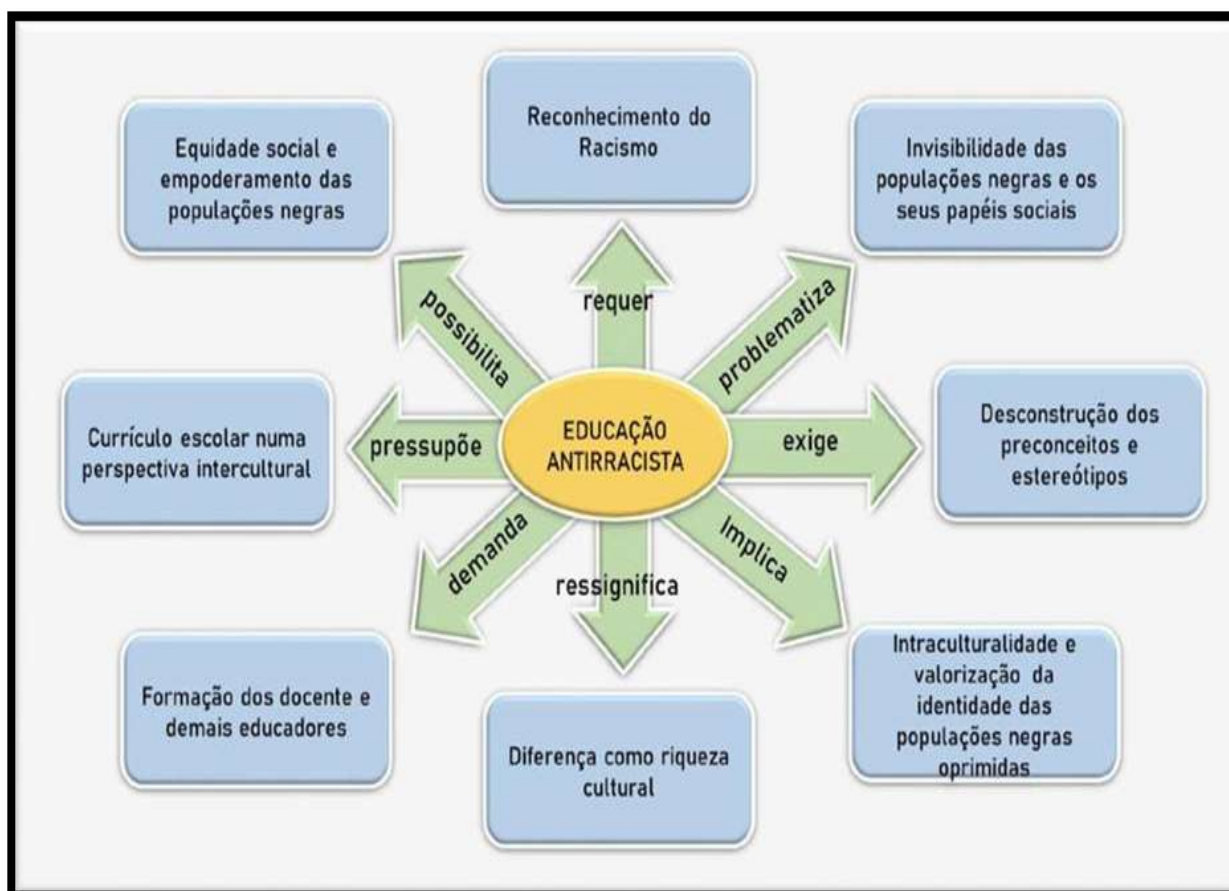
O cotidiano escolar, ao organizar conteúdos, práticas e relações, contribui para consolidar imagens sociais que impactam diretamente a autoestima discente. Proença Filho (2004) demonstra que a literatura brasileira historicamente construiu representações do negro marcadas por estigmas, o que exige um trabalho pedagógico atento às escolhas textuais e às mediações realizadas em sala de aula. A presença crítica de autores e narrativas negras no currículo amplia repertórios simbólicos e favorece processos de identificação positiva.

A noção de pertencimento não se restringe ao reconhecimento individual, mas envolve a possibilidade de inscrição coletiva no espaço escolar. Santos, Antônio Bispo (2015) analisa os quilombos como modos de existência baseados na coletividade e na autonomia cultural, oferecendo referenciais potentes para pensar práticas educativas comprometidas com vínculos comunitários.

Quando a escola dialoga com essas epistemologias, cria condições para que estudantes negros se reconheçam como herdeiros de histórias de resistência.

A representação curricular assume papel estratégico na disputa por sentidos sobre a identidade negra. Rosa (2013), ao investigar produções de alunos mediadas pela leitura de *O Mulato*, evidencia como a mediação docente pode tensionar visões naturalizadas sobre raça e pertencimento. A leitura crítica de obras canônicas permite problematizar discursos racistas e ressignificar a experiência escolar como espaço de elaboração identitária.

A Figura 1 apresenta uma representação conceitual da educação antirracista como um eixo estruturante das práticas pedagógicas e curriculares. No centro do esquema está a educação antirracista, entendida como um processo ativo e intencional que se articula por meio de ações como reconhecer, problematizar, exigir, implicar, ressignificar, demandar, pressupor e possibilitar transformações no espaço escolar. Ao seu redor, o diagrama explicita dimensões fundamentais, entre elas o reconhecimento do racismo como fenômeno histórico e estrutural, a desconstrução de preconceitos e estereótipos, a visibilização das populações negras e de seus papéis sociais, a valorização da identidade negra e a compreensão da diferença como riqueza cultural. A figura evidencia que a educação antirracista não se limita a conteúdos isolados, mas envolve uma reorganização ampla do currículo, das práticas docentes e das relações pedagógicas.



Fonte: Uchôa, Chaves e Pereira (2023), http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052021000500061. Acesso: 15/01/2025.

A representação curricular assume papel estratégico na disputa por sentidos sobre a identidade negra, pois é no currículo que se definem quais narrativas são legitimadas e quais permanecem silenciadas. Conforme discutem Freitas et al. (2025), a história das cores e raças no Brasil revela um longo processo de exclusão simbólica e material das populações negras, o que torna o currículo um espaço de enfrentamento dessas desigualdades. A figura dialoga com essa perspectiva ao destacar a necessidade de problematizar a invisibilidade das populações negras, indicando que a educação antirracista exige uma revisão crítica das abordagens tradicionais e eurocentradas que historicamente marcaram a escola brasileira.

A mediação docente aparece como elemento central nesse processo, pois é por meio dela que o currículo ganha sentido na prática pedagógica. Rosa (2013), ao analisar produções de alunos mediadas pela leitura de *O Mulato*, demonstra como a intervenção do professor pode tensionar visões naturalizadas sobre raça e pertencimento, promovendo deslocamentos interpretativos e reflexões críticas. Essa dimensão está presente na figura quando se enfatiza a formação dos docentes e demais educadores como condição indispensável para a efetivação da educação antirracista. Tal formação implica não apenas o domínio de conteúdos, mas também o desenvolvimento de uma postura crítica e comprometida com a equidade racial.

As contribuições de bell hooks, conforme analisadas por Ferreira et al. (2025), reforçam essa compreensão ao conceber a educação como prática de liberdade e crítica às estruturas sociais opressoras. A figura se aproxima dessa concepção ao indicar que a educação antirracista ressignifica a experiência escolar, transformando-a em espaço de diálogo, consciência crítica e elaboração identitária. A leitura crítica de obras canônicas, quando mediada de forma intencional, permite que estudantes questionem discursos racistas naturalizados e reconheçam outras formas de existência, pertencimento e produção de conhecimento.

A valorização da identidade negra e da ancestralidade, destacada na figura, encontra ressonância em estudos que abordam práticas culturais e artísticas como formas de resistência e afirmação identitária. Trabalhos como o de Ischkanian et al. (2025) sobre a boneca Abayomi evidenciam como a arte, os saberes tradicionais e a memória coletiva podem ser incorporados ao currículo como estratégias pedagógicas potentes. Essas práticas contribuem para a compreensão da diferença como riqueza cultural, conforme indicado no diagrama, e ampliam as possibilidades de construção de uma educação intercultural e inclusiva.

A figura 1 também se articula com discussões sobre linguagem, tecnologia e metodologias ativas no enfrentamento do racismo no contexto escolar. Oliveira et al. (2025) alertam para o papel da linguagem na reprodução de preconceitos desde a educação infantil, reforçando a importância de uma atuação pedagógica consciente e crítica. Paralelamente, Cabral (2024) destaca que tecnologias emergentes e metodologias ativas podem abrir vias alternativas para o conhecimento, desde que estejam alinhadas a princípios éticos e emancipatórios. Assim, a educação antirracista, conforme

representada na figura, demanda práticas inovadoras que promovam participação, diálogo e reflexão crítica.

A centralidade da educação como direito humano fundamental, defendida por Azevedo et al. (2025) a partir da trajetória de Malala, reforça o caráter político e transformador da educação antirracista. Ao promover equidade social e empoderamento das populações negras, como indicado na figura, o currículo deixa de ser apenas um instrumento de transmissão de saberes e passa a constituir-se como espaço de disputa simbólica e de construção de justiça social. A Figura 1 sintetiza um projeto educativo comprometido com a superação do racismo, a valorização da diversidade e a construção de identidades plurais no contexto escolar.

A autoestima escolar está diretamente relacionada à forma como o corpo negro é percebido e significado no ambiente educativo. Santos, Neuza (1983) destaca que a ascensão social de sujeitos negros não elimina os efeitos do racismo internalizado, frequentemente reforçado por práticas escolares excludentes. A educação antirracista, ao reconhecer a corporeidade negra como legítima, contribui para a reconstrução da autoimagem e da confiança intelectual.

As práticas pedagógicas também precisam enfrentar os vestígios da escravidão presentes nos materiais didáticos e nas narrativas históricas. Saraçol (2017) demonstra que romances do século XIX consolidaram imagens racializadas que ainda ecoam no imaginário social. A revisão crítica desses discursos no espaço escolar favorece a compreensão histórica do racismo e fortalece processos de pertencimento ancorados na consciência histórica.

O currículo, entendido como artefato cultural, organiza hierarquias de saber que impactam diretamente a formação identitária. Tamano et al. (2011) analisam como o cientificismo racial presente em obras literárias legitimou desigualdades, reforçando a necessidade de abordagens pedagógicas críticas. A educação antirracista reposiciona o currículo como espaço de disputa simbólica e política.

A construção do pertencimento escolar também se expressa na linguagem e nas interações cotidianas. Silva et al. (2009) ressaltam que práticas aparentemente neutras podem reproduzir exclusões quando desconsideram a diversidade cultural dos sujeitos. A formação docente sensível às questões raciais torna-se condição para a criação de ambientes escolares acolhedores.

A pesquisa educacional contribui para fundamentar práticas comprometidas com a diversidade. Page et al. (2021), ao discutirem diretrizes metodológicas rigorosas, reforçam a importância da sistematização crítica do conhecimento científico. Esse cuidado metodológico fortalece análises sobre identidade e pertencimento, evitando generalizações e simplificações.

A literatura desempenha papel relevante na ampliação de horizontes simbólicos no contexto escolar. Proença Filho (2004) indica que a inclusão de narrativas negras rompe com a invisibilidade histórica e favorece a pluralização das referências culturais. A leitura mediada transforma o espaço escolar em território de escuta e reconhecimento.

A experiência escolar, quando atravessada por práticas antirracistas, possibilita a construção de identidades mais seguras e conscientes. Santos, Antônio Bispo (2015) propõe uma compreensão de educação vinculada à vida e à ancestralidade, deslocando o saber escolar de uma lógica exclusivamente eurocentrada. Esse deslocamento fortalece o sentimento de pertencimento ao reconhecer múltiplas formas de existir e aprender.

A escola também atua como espaço de elaboração das tensões entre memória e presente. Rosa (2013) evidencia que estudantes reinterpretem narrativas raciais a partir de suas próprias vivências, revelando o potencial transformador da mediação pedagógica. O pertencimento emerge quando o estudante percebe que sua história importa no processo educativo.

A educação antirracista, ao promover representatividade, escuta e reconhecimento, contribui para a constituição de sujeitos críticos e socialmente engajados. Santos, Neuza (1983) já alertava para os efeitos psíquicos da negação identitária, o que reforça a responsabilidade ética da escola. O fortalecimento da identidade negra no espaço escolar constitui, portanto, um gesto político que tensiona desigualdades históricas e projeta novas possibilidades de existência coletiva.

2.7. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA LEGISLAÇÃO E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Simone Helen Drumond Ischkanian
Gabriel Nascimento de Carvalho
Hevelin Katana Farias Ribeiro

A educação antirracista na legislação brasileira representa uma inflexão histórica no modo como a escola se relaciona com a diversidade étnico-racial e com a própria noção de cidadania. As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 inscrevem no campo normativo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, deslocando o currículo de uma perspectiva monocultural para um horizonte plural e crítico. Essa mudança legal não se limita à inclusão de novos conteúdos, pois convoca a escola a revisar suas práticas, valores e discursos. Freitas et al. (2025) demonstram que a construção histórica das relações raciais no Brasil foi marcada por silenciamentos e hierarquizações simbólicas, o que torna a legislação educacional um instrumento de reparação histórica e de redefinição do papel social da educação.

O sentido político dessas leis revela que o currículo é um território de disputas simbólicas, no qual se definem quais memórias são legitimadas e quais identidades são reconhecidas. A obrigatoriedade do ensino das histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas rompe com a lógica de invisibilização que por séculos estruturou a narrativa escolar. Ischkanian (2019) enfatiza que a consciência negra, quando trabalhada de modo crítico, permite compreender o racismo como fenômeno estrutural, e não como episódio isolado. Essa compreensão desloca o foco da culpabilização individual para a análise das engrenagens sociais que sustentam a desigualdade racial, exigindo da escola uma postura ética e politicamente engajada.

A prática pedagógica antirracista demanda professores capazes de articular conhecimento histórico, sensibilidade social e compromisso político. A formação docente, nesse contexto, deixa de ser apenas técnica e passa a assumir caráter reflexivo e transformador. Ferreira et al. (2025), ao dialogarem com o pensamento de bell hooks, defendem a educação como prática de liberdade, na qual o ato de ensinar se converte em exercício de crítica às estruturas opressoras. Essa concepção atribui ao professor o papel de mediador de experiências formativas que problematizam o racismo e estimulam a construção de identidades afirmativas no espaço escolar.

A educação antirracista na legislação e na prática pedagógica como um projeto político-pedagógico que se constrói na articulação entre normas legais e ações educativas concretas, exigindo da escola o compromisso ético com a transformação curricular, a formação crítica de professores e a valorização de narrativas historicamente marginalizadas como condição para o enfrentamento das desigualdades raciais e a efetivação da justiça social no espaço escolar (Ischkanian, 2026, p. 21, grifos para este artigo).

A educação antirracista na legislação e na prática pedagógica como um campo de disputa simbólica e política que demanda a resignificação dos conteúdos escolares, a problematização das relações de poder e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial, capazes de romper com estereótipos e promover o reconhecimento da diversidade étnico-racial como princípio estruturante da educação democrática (Carvalho, 2026, p. 21, grifos para este artigo).

A educação antirracista na legislação e na prática pedagógica como um processo formativo contínuo que articula currículo, memória histórica e ação docente, possibilitando à escola enfrentar o racismo institucional, individual e cultural por meio de práticas educativas conscientes, críticas e emancipadoras, orientadas pela valorização das identidades negras e pelo reconhecimento da pluralidade cultural como base da construção cidadã (Katana Ribeiro, 2026, p. 21, grifos para este artigo).

A educação antirracista, compreendida como projeto político-pedagógico, insere-se em um movimento de articulação entre legislação e prática escolar que ultrapassa o cumprimento formal das normas educacionais. As diretrizes legais voltadas ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena convocam a escola a assumir um compromisso ético com a transformação de seus currículos, práticas e concepções pedagógicas. Conforme destaca Ischkanian (2026), esse compromisso exige a valorização de narrativas historicamente marginalizadas, deslocando o centro do conhecimento escolar e promovendo a construção de identidades que foram silenciadas ao longo do processo histórico. A educação antirracista passa a operar como instrumento de justiça social, capaz de tensionar desigualdades e redefinir o papel social da escola.

A articulação entre normas legais e ações educativas concretas evidencia que a legislação, por si só, não garante mudanças estruturais no cotidiano escolar. A efetividade da educação antirracista depende da intencionalidade pedagógica e da capacidade da escola de traduzir princípios legais em práticas formativas coerentes. Ischkanian (2026) enfatiza que a transformação curricular envolve revisão crítica de conteúdos, metodologias e materiais didáticos, bem como o reconhecimento do racismo como fenômeno estrutural. Essa perspectiva desloca a educação de uma

posição neutra para um lugar de intervenção consciente, no qual ensinar e aprender tornam-se atos políticos orientados pela promoção da equidade racial.

Tabela 2: Educação Antirracista na Legislação e na Prática Pedagógica: contribuições de autores da área do Direito (2026)

Autor (2026)	Área de enfoque jurídico	Contribuições para a educação antirracista	Relação com a Constituição Federal de 1988	Articulação com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008
Simone Helen Drumond Ischkanian	Direito Educacional e Direitos Humanos	Analisa a educação antirracista como projeto político-pedagógico sustentado por fundamentos constitucionais, defendendo a escola como espaço de efetivação de direitos fundamentais, igualdade material e dignidade humana, com ênfase na responsabilização do Estado e das instituições educacionais	Fundamenta a educação antirracista nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, do pluralismo cultural e do direito à educação como direito social	Compreende as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como instrumentos jurídicos de concretização da Constituição de 1988, voltados à reparação histórica e à promoção da justiça racial no currículo
Gabriel Nascimento de Carvalho	Direito Constitucional e Políticas Públicas	Investiga a educação antirracista como política pública educacional, enfatizando a disputa simbólica no currículo e o papel do Direito na superação do racismo estrutural por meio de ações normativas e pedagógicas articuladas	Destaca a Constituição Federal de 1988 como marco normativo que obriga o Estado a combater discriminações e garantir igualdade racial no sistema educacional	Analisa as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como desdobramentos constitucionais que vinculam currículo, gestão escolar e formação docente à promoção da equidade racial
Hevelin Katana Farias Ribeiro	Direito e Educação para a Cidadania	Aborda a educação antirracista como processo jurídico-pedagógico contínuo, voltado à formação cidadã, à valorização da memória histórica e ao enfrentamento do racismo institucional no ambiente escolar	Relaciona a educação antirracista aos princípios constitucionais da cidadania, da igualdade e da vedação a qualquer forma de discriminação	Interpreta as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como mecanismos legais de efetivação do direito à educação plural, inclusiva e comprometida com a diversidade étnico-racial

Fonte: Ischkanian, Carvalho e Katana Ribeiro, 2026.

Essa tabela evidencia como os estudos de Ischkanian, Carvalho e Katana Ribeiro, no campo do Direito, contribuem para compreender a educação antirracista como resultado da articulação entre a Constituição Federal de 1988 e as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, reafirmando a centralidade da

legislação na transformação das práticas pedagógicas e na promoção da igualdade racial no sistema educacional brasileiro. A Constituição de 1988, ao consagrar os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade material, do pluralismo cultural e do direito social à educação, estabelece o alicerce jurídico que legitima a inserção da temática étnico-racial no currículo escolar. Nesse sentido, as análises dos autores demonstram que a educação antirracista não se configura como iniciativa opcional ou complementar, mas como dever constitucional do Estado e das instituições educacionais, exigindo coerência entre normativas legais e práticas pedagógicas.

A ampliação desse entendimento jurídico-pedagógico permite reconhecer que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 operam como instrumentos de concretização dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição, ao promoverem a valorização das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena no espaço escolar. Os estudos apresentados na tabela indicam que a efetividade dessas leis depende de uma atuação articulada entre políticas públicas, formação docente e revisão curricular, orientadas por uma perspectiva crítica e comprometida com a equidade racial. Dessa forma, a legislação educacional assume papel estruturante na construção de práticas pedagógicas antirracistas, contribuindo para o enfrentamento do racismo estrutural e para a consolidação de uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

A compreensão da educação antirracista como campo de disputa simbólica e política reforça a ideia de que o currículo é um espaço no qual se confrontam diferentes projetos de sociedade. Carvalho (2026) destaca que ressignificar conteúdos escolares implica problematizar relações de poder historicamente naturalizadas, questionando quais vozes são legitimadas e quais permanecem excluídas do discurso educacional. Essa disputa simbólica exige práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial, capazes de romper com estereótipos e de reconhecer a diversidade étnico-racial como princípio estruturante de uma educação democrática. O currículo, nesse sentido, deixa de ser um instrumento de reprodução social para tornar-se espaço de construção crítica do conhecimento.

A educação antirracista também se configura como processo formativo contínuo, no qual currículo, memória histórica e ação docente se articulam de maneira indissociável. Katana Ribeiro (2026) aponta que enfrentar o racismo institucional, individual e cultural requer práticas educativas conscientes, sustentadas por uma pedagogia crítica e emancipadora. A valorização das identidades negras e o reconhecimento da pluralidade cultural não se limitam a eventos pontuais ou datas comemorativas, mas devem permear o cotidiano escolar, orientando escolhas pedagógicas e relações interpessoais. Esse processo formativo amplia a compreensão de cidadania ao integrar diversidade, memória e justiça social.

No âmbito da prática pedagógica, o uso de materiais didáticos diversos assume papel central na consolidação da educação antirracista. A incorporação de livros, imagens, narrativas orais, produções artísticas e recursos digitais amplia as possibilidades de representação e rompe com visões

homogêneas e eurocentradas do conhecimento. Cabral (2024) ressalta que tecnologias emergentes e metodologias ativas, quando orientadas por intencionalidade crítica, favorecem a construção de saberes plurais e estimulam o protagonismo discente. O contato com múltiplas linguagens contribui para que estudantes reconheçam a diversidade cultural como elemento constitutivo da sociedade brasileira.

A relação entre legislação, currículo e prática pedagógica evidencia que a educação antirracista se concretiza na coerência entre princípios normativos e ações educativas cotidianas. O enfrentamento das desigualdades raciais no espaço escolar demanda formação docente contínua, revisão permanente das práticas pedagógicas e compromisso coletivo com a democracia educacional. Ao articular justiça social, valorização da diversidade e crítica às estruturas de poder, a educação antirracista reafirma a escola como espaço de produção de sentidos emancipatórios, no qual o reconhecimento das diferenças se converte em fundamento para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A centralidade do diálogo no cotidiano escolar revela-se como estratégia fundamental para o enfrentamento do racismo em suas múltiplas dimensões. A sala de aula torna-se espaço de escuta, confronto de ideias e elaboração coletiva de sentidos sobre pertencimento e diferença. Oliveira et al. (2025) alertam que a linguagem, desde a educação infantil, pode reforçar ou questionar práticas discriminatórias, o que exige do educador atenção constante às palavras, gestos e narrativas mobilizadas no processo educativo. O diálogo crítico, nesse cenário, opera como ferramenta de desconstrução de preconceitos e de formação ética.

A valorização da ancestralidade e da memória coletiva emerge como dimensão pedagógica potente na consolidação de uma educação comprometida com a igualdade racial. Práticas que envolvem arte, cultura e saberes tradicionais possibilitam o reconhecimento de trajetórias historicamente marginalizadas. Ischkanian et al. (2025), ao abordarem a experiência da boneca Abayomi, evidenciam como a arte dos retalhos se transforma em dispositivo pedagógico capaz de articular memória, identidade e resistência. Esse tipo de abordagem ressignifica o currículo ao integrar conhecimento acadêmico e saberes ancestrais.

A presença de figuras históricas negras no currículo assume função estratégica na construção de referenciais positivos para estudantes. O estudo sobre Zumbi e o legado da consciência negra revela a importância de narrativas que rompem com a lógica da subalternização. Ischkanian et al. (2025) demonstram que a história de Zumbi ultrapassa a dimensão biográfica e se inscreve como símbolo de luta, dignidade e resistência coletiva. A escola, ao incorporar essas narrativas, contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu lugar na história.

O enfrentamento do racismo institucional constitui um dos maiores desafios da educação antirracista, pois envolve estruturas profundamente enraizadas no funcionamento da escola. Políticas de avaliação, gestão, currículo oculto e relações interpessoais reproduzem desigualdades que nem

sempre são percebidas de forma explícita. Freitas et al. (2025) destacam que a luta pela igualdade de direitos no Brasil exige ações que ultrapassem o plano discursivo e alcancem práticas concretas de transformação social. A educação, nesse contexto, atua como espaço privilegiado de tensionamento dessas estruturas.

A defesa da educação como direito humano universal reforça o compromisso ético da escola com a justiça social. A trajetória de Malala, analisada por Azevedo et al. (2025), simboliza a força transformadora da educação no enfrentamento de opressões de gênero, classe e etnia. Esse exemplo amplia a compreensão da educação antirracista como parte de um projeto maior de democratização do conhecimento e de garantia de direitos fundamentais. A escola brasileira, ao assumir esse compromisso, insere-se em uma luta global por dignidade e equidade.

A articulação entre legislação e prática pedagógica revela que a educação antirracista não se esgota no cumprimento formal das leis, mas se realiza na coerência entre discurso e ação. A efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 exige continuidade, reflexão crítica e engajamento coletivo da comunidade escolar. As contribuições teóricas e pedagógicas aqui mobilizadas indicam que a escola pode se constituir como espaço de produção de sentidos emancipatórios, nos quais a igualdade racial não seja apenas um ideal abstrato, mas uma experiência vivida no cotidiano educativo.

3. CONCLUSÃO

A reflexão sobre cultura negra e educação antirracista evidencia que a escola ocupa um lugar estratégico na construção de saberes, identidades e sentidos de pertencimento. Ao reconhecer a centralidade da cultura negra na formação da sociedade brasileira, a educação amplia seu compromisso com a justiça social e com a valorização da diversidade humana. Esse reconhecimento desloca o olhar pedagógico de uma perspectiva homogênea para uma compreensão plural do conhecimento, na qual diferentes histórias, memórias e experiências passam a ser legitimadas no espaço escolar.

A incorporação da cultura negra ao currículo contribui para o fortalecimento da autoestima e da identidade de estudantes historicamente marginalizados. Quando a escola valoriza saberes afro-brasileiros, africanos e da diáspora, cria-se um ambiente no qual sujeitos negros podem se reconhecer como protagonistas da história e da produção cultural. Esse processo favorece a construção de identidades positivas e o sentimento de pertencimento, elementos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a consolidação de relações pedagógicas mais justas.

A educação antirracista, ao dialogar com a cultura negra, possibilita a ressignificação do próprio conceito de conhecimento escolar. Saberes tradicionais, manifestações artísticas, práticas culturais e narrativas orais passam a ser compreendidos como fontes legítimas de aprendizagem, ampliando os horizontes epistemológicos da escola. Essa ampliação contribui para a formação de

sujeitos críticos, capazes de compreender a complexidade das relações sociais e de questionar hierarquias historicamente naturalizadas.

O fortalecimento do pertencimento no ambiente educativo promove impactos positivos que extrapolam o espaço escolar. Estudantes que se reconhecem e se sentem representados tendem a estabelecer relações mais respeitadas consigo mesmos e com os outros, favorecendo a construção de uma cultura de diálogo e de empatia. A educação antirracista, nesse sentido, atua como mediadora de processos formativos que articulam identidade, memória e cidadania, contribuindo para a redução de práticas discriminatórias.

A valorização da cultura negra também favorece a construção de uma educação democrática, pautada no reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da vida social. Ao promover o encontro entre distintas matrizes culturais, a escola cria oportunidades para o diálogo intercultural e para o aprendizado coletivo. Esse movimento amplia a compreensão de pertencimento, não como exclusão do outro, mas como possibilidade de convivência respeitosa e solidária em uma sociedade plural.

A prática pedagógica comprometida com a educação antirracista estimula a reflexão crítica e a participação ativa dos estudantes no processo educativo. O contato com narrativas diversas amplia a capacidade de análise, fortalece o pensamento crítico e incentiva o engajamento social. A escola, ao assumir esse compromisso, reafirma seu papel como espaço de formação cidadã, no qual o conhecimento se articula com valores éticos e com a construção de um futuro mais equitativo.

O diálogo entre cultura negra e educação antirracista contribui para a superação de estereótipos e preconceitos que ainda permeiam o imaginário social. Ao problematizar visões reducionistas e excludentes, a escola promove a desconstrução de discursos discriminatórios e estimula novas formas de compreensão da diversidade. Esse processo educativo fortalece relações baseadas no respeito, na dignidade e na valorização das diferenças.

A consolidação de uma educação antirracista orientada pela valorização da cultura negra representa um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa. Ao integrar saberes, identidades e pertencimento, a escola se torna espaço de transformação social, no qual a igualdade não é entendida como homogeneização, mas como reconhecimento pleno da diversidade. Essa perspectiva amplia as possibilidades de inclusão e fortalece o tecido social.

A cultura negra, quando reconhecida e valorizada no contexto educativo, contribui para a construção de um projeto de educação comprometido com a dignidade humana e com a democracia. A educação antirracista reafirma a escola como lugar de acolhimento, reflexão e transformação, no qual saberes diversos se encontram e identidades se fortalecem. Esse caminho aponta para um horizonte educativo mais inclusivo, no qual pertencimento e justiça social caminham de forma indissociável.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70, 1970.

ARIELLO, Fabiane Marina Amend. **O narrador plural: a voz narrativa em The Jane Austen Book Club, de Karen Joy Fowler**. Monografia de final de curso. Letras. U.F. Paraná. 2008.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. 1 ed. Maranhão: Typ. do Paiz, 1881.

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; CARVALHO, Silvana Nascimento de; FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos; AMARO, Ana Luzia; DA CRUZ MC COMB, Dilani. **Malala e o direito de todas as crianças à educação**. Clube de Autores, 2025. p. 1–76. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0072781119d969a803a2d>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CABRAL, Gladys Nogueira (Org.). **Tecnologias emergentes e metodologias ativas em foco: construindo vias alternativas para o conhecimento**. Schreiben, São Paulo, v. 3, 2024.

CAPINAN, U. **O quilombo que remanesce**. 2009. Dissertação (Mestrado) – UFBA, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CUTI (Luiz Silva). **Quem tem medo da palavra negro**. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. (Orgs.) **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites**. Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 3. ed. São Paulo, 2008.

FERREIRA, Cassio Dandoro Castilho. **O mulato, de Aluísio Azevedo: um romance, duas versões (1881-1889)**. 2011. 453 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FERREIRA, Juliana Balta; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Bell Hooks (1952–2021) e a educação como prática de liberdade e crítica às estruturas sociais**. Clube de Autores, 2025. p. 1–65. Disponível em: https://www.academia.edu/144193425/Bell_Hooks_e_a_educac%C3%A7%C3%A3o_como_pr%C3%A1tica_de_liberdade_e_cr%C3%ADtica_%C3%A0s_estruturas_sociais_Juliana_Balta_Ferreira. Acesso em: 15 jan. 2026.

FERREIRA-SANTOS, Marcos; ALMEIDA, Rogério. **Antropológicas da educação**. 2 ed. São Paulo: Képos, 2014.

FÉTIZON, Beatriz. **Sombra e luz: o tempo habitado**. São Paulo: Zouk, 2002.

FINCH III, Charles S.; LARKIN, Elisa. Abordagem afrocentrada, história e evolução. In: LARKIN, Elisa. (Org.) **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 pp.

FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; RIBEIRO, Natalina Farias; RIBEIRO, Hevelin Katana Farias; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Cores e raças no Brasil: uma análise crítica sobre a construção histórica da luta pela igualdade de direitos e pelo reconhecimento cultural das descendências**. Clube de Autores, 2025. p. 1–67. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/007278111f465dd40989f>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FREUD, Sigmund. **O eu e o id**. In: Obras completas. Volume 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Texto publicado pela primeira vez em 1923).

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRIN, M. **Raça: debate público no Brasil (1997-2007)**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GUIMARÃES, A. S. **Preconceito e discriminação**. Salvador: Novos Toques, 1998.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais**. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, 2004.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Consciência Negra**. Slideshare, 34 p., 2019. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/conscincia-negra-por-simone-helen-drumond/5762607>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; FREITAS, Marcos Aurélio dos Santos; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; AMARO, Ana Luzia; MC COMB, Dilani da Cruz. **A importância histórica de Zumbi e o legado da consciência negra na construção da identidade brasileira**. Clube de Autores, 2025. p. 1–40. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0072781112ff39c832bcc>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed; RODRIGUES, Rosimery Mendes; LIMA, Ana Maria Bárbara; CARVALHO, Silvana Nascimento de; VENDITTE, Neusa; AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; VIANA, Fabiane Bandeira; SANTOS, Priscilla Nayane Magalhães Ribeiro dos; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Abayomi: a ancestralidade por meio da arte dos retalhos, saberes e memórias**. Clube de Autores, 2025. p. 1–20. Disponível em: https://www.academia.edu/144353061/ABAYOMI_A_ANCESTRALIDADE_POR_MEIO_DA_ARTE_DOS_RETALHOS_SABERES_E_MEMÓRIAS. Acesso em: 15 jan. 2026.

LARKIN, Elisa. (Org.) **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MORALES, W. G. B. **Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General**. Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos**. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **Drama para negro, prólogos para brancos**. Rio de Janeiro: Edição do Teatro Experimental do Negro, 1961.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. reimpr. da 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Giovana Xavier da Conceição. **Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920)**. Revista Brasileira de História, v. 35, n. 69.

NOBLES, Wade. **Sakhu Seti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado**. In: LARKIN, Elisa. (Org.) **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-249.

NOGUERA, Renato. **Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado**. Revista África e Africanidades, Ano 3, n 11, novembro, 2010.

OLIVEIRA, Mara Lúcia Nunes de Lima; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; CARVALHO, Gabriel Nascimento de. **Racismo e linguagem: alertas para a atuação de educadores infantis**. Clube de Autores, 2025. p. 1–15. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0072781116dd6fcb89c1>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**. BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estudos Avançados. São Paulo, v.18, n. 50, p. 161-193, abr. 2004.

ROSA, João Martos. **Representações de negros produzidas por alunos, mediadas pela leitura da obra “O Mulato”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 2015.

SANTOS, Neuza. **Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Vol 4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SARAÇOL, Helena Fleck. **A escravidão e seus vestígios retratados nos romances maranhenses do século XIX: uma análise das obras O mulato, de Aluísio de Azevedo e Ursula, de Maria Firmina dos Reis**. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa.) – UNIPAMPA, 2017.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

TAMANO, Luana Tieko Omena (et al.) **O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, jul.-set. 2011, p. 757-773.